



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TAMIRES FERREIRA DA SILVA

**TERRITORIALIDADE, MEMÓRIA E DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO EM
JACUNDÁ - PA APÓS A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
TUCURUÍ**

**BELÉM-PA
2026**

TAMIRES FERREIRA DA SILVA

**TERRITORIALIDADE, MEMÓRIA E DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO EM
JACUNDÁ - PA APÓS A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
TUCURUÍ**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Pará
na Faculdade de Ciências Sociais como pré-requisito
de avaliação para obtenção do grau de licenciatura
em Ciências Sociais.

Orientador (a): Dra. Nelissa Peralta Bezerra

**BELÉM-PA
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586t Silva, Tamires Ferreira da.
Territorialidade, memória e deslocamento compulsório em
Jacundá-PA após a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí /
Tamires Ferreira da Silva. — 2026.
xxix, 29 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Nelissa Peralta Bezerra
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Ciências
Sociais, Belém, 2026.

1. Jacundá-PA. 2. Deslocamento compulsório. 3.
Desenvolvimento. 4. Justiça ambiental. 5. Territorialidade. I.
Título.

CDD 300

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Curso de Graduação em Ciências Sociais



**ATA DA DEFESA DE TCC.
DO CURSO DE GRADUAÇÃO – LICENCIATURA E BACHARELADO**

Aos 28 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, na sala do google meet na Universidade Federal do Pará, reuniram-se os membros da Banca de Defesa, abaixo assinados, sob a presidência do(a) **Professor(a) Dr(a). Nelissa Peralta Bezerra** com a finalidade de examinar, em forma final a monografia do (a) aluno(a) **TAMIRES FERREIRA DA SILVA**, matriculado (a) sob o número 202205540042 na turma do Curso de Graduação em Ciências Sociais, sob o título: **"TERRITORIALIDADE, MEMÓRIA E DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO EM JACUNDÁ- PA APÓS A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ"**. A sessão começou às 10 horas e foi encerrada às 11h15 horas. Após a exposição do candidato, houve arguição dos membros e da orientadora. Após a sequência de exposição, arguição, respostas dadas pelo candidato, a Banca se reuniu para deliberar. Por consenso a avaliação da banca é:

- (x) Aprovar com conceito Excelente.

Obs.: No caso de aprovação com recomendações de revisão específica, a(o) candidata(o) candidato deverá entregar na secretaria da FACS uma cópia revisada junto com uma declaração do professor orientador de que ele fez as revisões solicitadas nesta ata.

Documento assinado digitalmente
gov.br NELISSA PERALTA BEZERRA
Data: 28/08/2026 16:37:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Belém, 28 de agosto de 2026

Professor(a) Nelissa Peralta Bezerra
Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS POTIARA RAMOS DE CASTRO
Data: 28/08/2026 18:38:59-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Professor(a) Carlos Potiara Castro
Examinador I

Documento assinado digitalmente
gov.br SIDCLAY SANTOS FURTADO
Data: 28/08/2026 18:22:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Professor(a) Sidclay Santos Furtado
Examinador Interno/Externo (se houver)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha doce mãe, Telma de Jesus, que, mesmo sem ter concluído seus estudos, sempre sonhou alto por mim e me ensinou a transformar sonhos em realidade através da educação. Dela herdei a força, a coragem e o maior exemplo de integridade que levo para a vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela dádiva da vida e pela força que me sustentou até aqui.

À minha mãe, mulher de fé, que tanto me ensinou e ainda me ensina sobre acreditar na vida e confiar em Deus. Obrigada por ser meu maior exemplo de força. Tudo isso é por você. E aos meus irmãos, Tiago e Hellen. Vocês são meu maior tesouro nesta vida.

Aos meus avós, José Ribamar e Antônia, à minha tia Larissa e ao meu primo do coração, Pedro. De vocês recebi educação, aprendi a ter dedicação nos estudos e, acima de tudo, recebi amor e cuidado. Minha eterna gratidão.

Ao meu noivo e companheiro de caminhada, Arthur José. Obrigada por todo o apoio, incentivo e por comemorar, ao longo desse percurso acadêmico, cada uma das minhas vitórias, fazendo-me acreditar que sempre posso mais. Obrigada por caminhar comigo. E aos meus sogros, Anette, Clay e Mário Jorge, por todo o carinho e cuidado que sempre tiveram comigo e por me acolherem como filha.

À Joely Santos, minha irmã do coração. Através de você, também ganhei uma família que me acolheu como parte dela. Obrigada por todo o amor, carinho e acolhimento ao longo desses anos.

Ao meu pai e à minha irmã Ana Clara, por todo carinho e apoio e por serem exemplos de resiliência e alegria.

Ao meu tio Claudio, à sua esposa Neurivan (*in memoriam*) e aos meus primos Ruan, Renan, Ramon e Poliana. Na casa de vocês, desde os meus nove anos, passei minhas férias e guardo comigo algumas das melhores lembranças de Jacundá. Tivemos uma infância rica em acolhimento, brincadeiras e liberdade pelas ruas do bairro Vila Rasteiro. Parte importante de quem sou se moldou ali.

Aos amigos que fiz em Jacundá, de vocês guardo um dos maiores exemplos de amizade e lealdade que tenho na vida. Obrigada por tanto Mirley Cibelly, Vitória Melo, Sumaya Souza, Elluar Ferreira, Ana Vaz, Lucas Gois, Matheus Barbosa e Gleison Everton.

Às minhas amigas Maria Martins, Paula Barradas e Claudia Nascimento, por caminharem comigo desde 2019. Vocês têm toda a minha admiração, meu carinho e minha gratidão por tudo o que compartilhamos ao longo desses anos.

Na universidade, tive o privilégio de dividir momentos preciosos com professores e amigos que fizeram dessa caminhada muito mais do que uma formação acadêmica como Ryann Lobato, amigo que compartilhou comigo tantos momentos no curso de Ciências Sociais e que, mesmo quando deixou de estar presente cotidianamente, nunca deixou de se fazer constante na minha vida. Obrigada pela amizade que permaneceu. Os amigos Flávio Vinicius e Aline Rodrigues, por todo o companheirismo, pelos lanches no Sírío, pelas fofocas, pelas conversas e pelos tantos bons momentos partilhados. Obrigada por também terem sido meu apoio durante essa caminhada acadêmica e fora dela.

À Nathalia Marques, amiga que me acolheu e com quem dividi pesquisas, campos, fofocas e muitos cafés no veropesinho. Minha eterna gratidão por todo companheirismo e por tornar os dias acadêmicos mais leves.

Às minhas amigas do Residência Pedagógica e do PIBID, Claudia Lorena e Evelyn Souza. Obrigada por serem meu apoio, exemplos de mulheres e docentes e por carregarem uma alegria que ilumina por onde passam. A luz de vocês me acompanhará para sempre.

À professora Sidclay Furtado, minha preceptora na Escola de Aplicação da UFPA, que tanto me acolheu, acreditou em mim e compartilhou comigo ensinamentos, obrigada por tudo o que me ensinou.

Aos colegas de turma que muito admiro pela garra e força Mariza, Selma, Lenir, Edileia, Michael, Marco, e Eliane vocês são exemplos de persistência.

À minha orientadora, Nelissa Peralta, que acreditou neste trabalho desde o início e aceitou caminhar comigo na sua construção. Obrigada pela disponibilidade, pela confiança e por tornar possível a realização desta pesquisa.

Agradeço também à todos que ajudaram esta pesquisa acontecer, àqueles que compartilharam contatos, indicaram caminhos, grupos e páginas e, sobretudo, aqueles que abriram suas memórias para mim e aceitaram participar das entrevistas. Este trabalho também pertence à vocês.

Por fim, agradeço a todos que, de perto ou de longe, caminharam comigo. Se cheguei até aqui, foi porque nunca caminhei sozinha.

EPÍGRAFE

Na casa onde eu morava tinha um fogão à lenha, um pilão feito de tronco de árvore que tinha três bocas, uma para pilar café, uma para pilar arroz e corante e outra para pilar fufuta (...)

A casa onde eu morava era de taipa e o telhado era de folhas de palmeiras, mas tinha tanto amor, mas tanto amor que ficava pequena pra caber nós e aquele tantão de amor.

Na casa onde eu morava tinha um pomar onde meus irmãos e eu subia nas árvores e pegava frutas fresquinhas e comia lá mesmo subido no pé (...)

A casa que eu morava era longe, muito longe, não tinha vizinhos assim do lado como é nas casa de hoje (...)

Era muito acolhedora e tinha muita alegria, de longe era possível ouvir as risadas, éramos muito felizes na casa onde eu morava.

Hoje às lembranças me levam de volta à casa onde eu morava e de olhos fechados eu posso sentir e ouvir cada momento que eu vivi lá na casa onde eu morava.

Izabel Borges.

RESUMO

Este estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, analisa as experiências de antigos moradores atingidos pelo alagamento da Velha Jacundá (PA), decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no sudeste paraense, com o objetivo de compreender os impactos do deslocamento compulsório sobre a territorialidade, a memória social e a justiça ambiental. A fundamentação teórica ampara-se no debate crítico sobre como a construção da hidrelétrica ocorreu sob decisões centralizadas, as quais priorizaram a integração nacional e os interesses econômicos de grandes projetos em detrimento dos impactos socioambientais locais. Metodologicamente, a coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas semiestruturadas em formato remoto, submetidas posteriormente à análise de conteúdo de Bardin. O corpus documental organizou-se em quatro categorias centrais: "Modo de vida e pertencimento", "Deslocamento compulsório", "Silenciamento dos atingidos" e "Injustiça ambiental". Os resultados apontam que os sujeitos atingidos enfrentaram profundas rupturas materiais, afetivas e simbólicas em suas formas de reprodução socioeconômica ao serem compulsoriamente reassentados às margens da rodovia PA-150. Ademais, constatou-se que a imposição do projeto desenvolvimentista, sob a égide autoritária da ditadura militar, operou por meio do silenciamento sistemático e do não reconhecimento institucional de parcela expressiva das famílias na condição de atingidas, dinâmicas que estruturam e perpetuam a dimensão crônica de injustiça ambiental.

Palavras chave: Jacundá-PA. Deslocamento compulsório. Desenvolvimento. Justiça ambiental. Territorialidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 METODOLOGIA.....	13
2.1 Abordagem e caracterização da pesquisa.....	13
3 RESULTADOS.....	15
3.1 Modo de vida e pertencimento.....	15
3.2 Deslocamento Compulsório.....	17
3.3 Silenciamento dos atingidos.....	19
3.4 Injustiça ambiental.....	21
4 DISCUSSÃO.....	23
4.1 Usina Hidrelétrica de Tucuruí e deslocamento compulsório em Jacundá-PA	23
4.2 Territorialidade, memória e justiça ambiental: fundamentos para compreender o deslocamento compulsório.....	25
5 CONCLUSÃO.....	26
6 REFERÊNCIAS.....	28

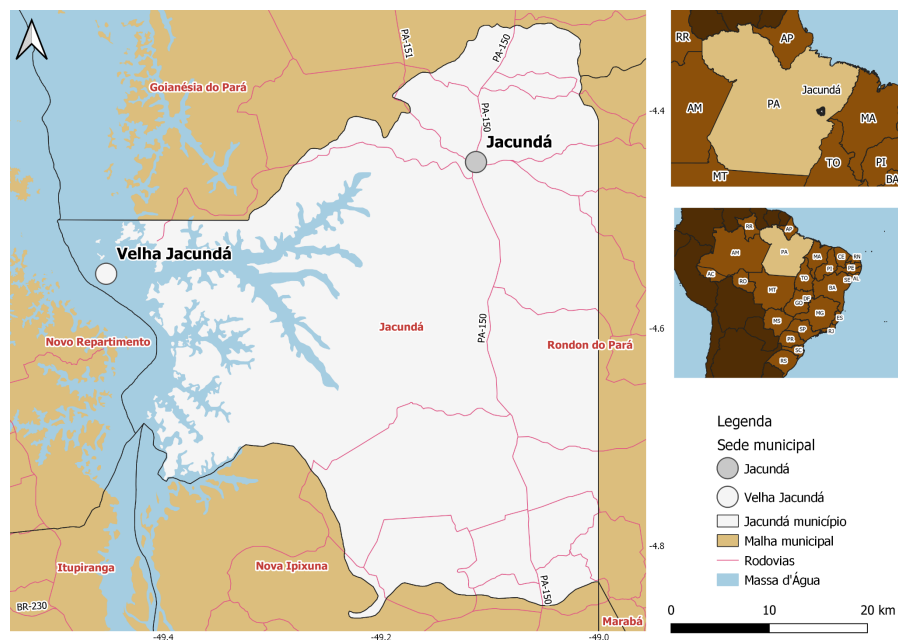
1 INTRODUÇÃO

A implementação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira tem sido, historicamente, associada a ideias de desenvolvimento, progresso e integração nacional. No entanto, esses empreendimentos também geram impactos socioambientais importantes, principalmente sobre as populações locais, que muitas vezes não participam das decisões que levam à sua implantação. Nesse cenário, destaca-se a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará, considerada um dos principais projetos de intervenção na Amazônia. A construção de grandes obras na região, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ocorreu em um contexto marcado por decisões centralizadas, típicas do período da ditadura militar, no qual os impactos sociais e territoriais foram, em grande parte, deixados em segundo plano.

Impactos que ultrapassaram os limites do município de Tucuruí, atingindo diferentes municípios da região, entre eles Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna e Novo Repartimento, além das Terras Indígenas Parakanã e Gaviões. Embora esses impactos tenham alcançado diferentes territórios e populações, este estudo concentra-se no município de Jacundá-PA, cuja experiência evidencia de forma significativa as consequências sociais e territoriais decorrentes da formação do reservatório. Entre suas principais consequências está o alagamento da antiga cidade, que levou ao deslocamento compulsório de seus moradores e à formação de um novo espaço urbano, conforme é possível verificar na Figura 1.

A localização antiga da cidade foi tomada a partir das coordenadas da caixa d'água submersa que é o vestígio físico que se mantém de pé até os dias atuais, demonstrando como o alagado toma forma e espaço na antiga cidade. Logo, o deslocamento compulsório se apresenta como um tema relevante para a análise sociológica, pois envolve mudanças nas relações sociais, nos vínculos com o território e nas experiências vividas pelos atingidos.

Figura 1 - Mapa de localização da antiga cidade e atual Jacundá-PA.



Fonte: Autora (2026)

De acordo com Fearnside (2015), o processo de deslocamento não representou apenas uma mudança de lugar, mas também provocou transformações significativas nas formas de vida, nas relações sociais e nos vínculos com o território, mostrando que seus impactos vão além da dimensão ambiental

Segundo a ótica da justiça ambiental, conforme discutido por Acselrad, Mello e Bezerra (2009), esta está relacionada ao direito de todos à um ambiente que possa ser vivido de forma plena, considerando não apenas suas condições ecológicas, mas também suas dimensões sociais e simbólicas. Nessa perspectiva, a justiça ambiental se manifesta nas lutas de grupos vulnerabilizados e marginalizados contra os processos resultantes do dito desenvolvimento e que atinge de maneira descomunal seus modos de vida como pontua (Alier, 2015). Nesse contexto, o deslocamento compulsório pode ser entendido como um fenômeno que vai além da dimensão espacial, envolvendo processos de reconfiguração da territorialidade, reconstrução das identidades e reelaboração das memórias sociais.

O conceito de territorialidade por sua vez, refere-se ao conjunto de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e simbólicas que os sujeitos estabelecem com os territórios que ocupam e constroem. Mais do que a simples apropriação ou domínio físico de um espaço, a territorialidade envolve as formas pelas quais indivíduos e grupos produzem, organizam, utilizam e atribuem sentidos ao território, estabelecendo vínculos de pertencimento,

identidades e estratégias de reprodução social. Nessa perspectiva, o território constitui uma construção histórica e social, atravessada por relações de poder, disputas, conflitos e diferentes formas de apropriação e uso do espaço. Assim, compreender as territorialidades significa analisar não apenas as dimensões materiais do território, mas também os significados, as relações sociais e os projetos de vida que nele se desenvolvem (Haesbaert, 2004). Desse modo, a territorialidade também envolve dinâmicas sociais e políticas que atravessam contextos históricos Little (2003) e que reafirmam esse vínculo com o espaço.

A implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará, sob a égide dos projetos desenvolvimentistas da ditadura militar, foi além da mera alteração geográfica para configurar-se como uma expressão concreta de injustiça ambiental. Este processo impôs aos moradores da antiga Jacundá um deslocamento compulsório que não se limitou à transferência física, mas desencadeou uma profunda reconfiguração da territorialidade e das identidades sociais dos atingidos.

Nesse sentido, a presente investigação se propõe primeiramente, a analisar como os moradores percebem e significam a perda do território original, investigando como essa ruptura afetou as relações sociais e as formas de sociabilidade. Paralelamente, busca-se compreender o papel da memória da cidade submersa, analisando como as lembranças do território atuam como uma forma de resistência simbólica e influenciam o sentimento de pertencimento e a reconstrução identitária no novo espaço urbano à qual foram forçados a se adaptarem.

Através dessa análise, pretende-se demonstrar como o modelo de desenvolvimento adotado privilegiou interesses econômicos em detrimento das condições de vida das populações locais, resultando em fenômenos de mudanças de territorialidade, memória social e simbólica, culturas e todo um modo de vida.

O estudo justifica-se do ponto de vista acadêmico, ao articular os conceitos de injustiça ambiental, territorialidade e memória social na análise dos efeitos de grandes projetos na Amazônia. Ao dialogar com autores Acserald (2004) e Martínez Alier (2007), o estudo se insere em uma perspectiva crítica que questiona os modelos de desenvolvimento predominantes, evidenciando suas consequências sociais e ambientais. Do ponto de vista social, busca dar visibilidade às experiências das populações atingidas por grandes empreendimentos, que muitas vezes não têm espaço nos processos de decisão. Ao evidenciar como esses sujeitos vivenciam o deslocamento, a pesquisa contribui para o debate sobre direitos, reconhecimento e justiça social no contexto amazônico.

2 METODOLOGIA

2.1 Abordagem e caracterização da pesquisa

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, descritivo e exploratório, buscando compreender os significados atribuídos pelos expropriados às suas experiências de deslocamento compulsório. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa tem como foco a compreensão dos significados, valores e experiências vividas pelos expropriados, permitindo analisar dimensões subjetivas, simbólicas e sociais que não podem ser reduzidas a dados quantitativos. A investigação caracteriza-se como uma pesquisa de campo, uma vez que se propõe a coletar dados diretamente junto aos sujeitos envolvidos no fenômeno estudado. O universo empírico foi constituído por moradores que vivenciaram o processo de deslocamento da Velha Jacundá para a nova cidade.

A seleção da amostra de cinco moradores seguiu o critério de experiência direta com o fenômeno por terem ainda a memória do território submerso. A coleta enfrentou desafios significativos devido ao fato de muitos moradores originais terem falecido ou não residirem mais em Jacundá-PA. Além disso, por se tratarem de pessoas com idade avançada que vivenciaram o processo na juventude, a dificuldade de contato e localização foi persistente.

Devido às barreiras geográficas e à dispersão dos atingidos, a pesquisa foi realizada de forma remota (online). Utilizou-se a entrevista semiestruturada, composta por 15 perguntas abertas, possibilitando maior flexibilidade para que os participantes expressassem livremente suas vivências. A coleta com os entrevistados E1 e E2 ocorreu por meio de mensagens de áudio pelo aplicativo WhatsApp, enquanto os participantes E3, E4 e E5 responderam mediante chamadas de voz pela mesma plataforma. Todas as comunicações foram integralmente transcritas, preservando hesitações e silêncios, compondo o corpus documental da pesquisa.

Os dados foram tratados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme as etapas sistematizadas por Laurence Bardin (2011), organizadas em três polos cronológicos: I - Pré-análise: Realizou-se a leitura flutuante do material para a constituição do corpus e a

formulação de indicadores e hipóteses iniciais; II - Exploração do Material: Nesta fase, procedeu-se à codificação e ao recorte do texto em unidades de registro (focadas em temas e palavras-inteiras), buscando o "desvendar crítico" e a identificação do conteúdo oculto das mensagens; III - Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação: Os dados foram submetidos à categorização temática, reagrupando os núcleos de sentido em "gavetas" conceituais. A interpretação final consistiu na confrontação sistemática entre os achados empíricos e o referencial teórico de Justiça Ambiental, Territorialidade e Memória Social, visando compreender como o deslocamento compulsório expressa processos de injustiça e ruptura identitária.

Em conformidade com as normas de pesquisa envolvendo seres humanos, o estudo garantiu o consentimento livre e esclarecido dos participantes por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi assegurada a autonomia dos sujeitos e o respeito à privacidade, permitindo-lhes a escolha pelo uso de nomes reais ou pseudônimos, visando sempre a proteção da integridade dos colaboradores durante o relato de memórias traumáticas e processos de expropriação.

3 RESULTADOS

Desde a década de 1970, observa-se no Brasil a intensificação de conflitos sociais e lutas de populações afetadas pela implementação de grandes projetos de infraestrutura, fenômeno que se manifesta na Amazônia através de obras como as usinas de Belo Monte e Tucuruí, no Pará. Este trabalho, embora centrado nos impactos específicos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), insere tal empreendimento em um modelo de desenvolvimento regional que privilegia a exploração de recursos naturais e grandes obras como motores do crescimento econômico. Segundo Freitas (2022), o debate sobre o desenvolvimento amazônico é indissociável das vulnerabilidades sociais, constituindo "feridas abertas" que demandam uma análise integrada e profunda. Nesse cenário, a pesquisa busca revisitar as ações do passado para compreender suas consequências contemporâneas na vida daqueles que vivenciaram esse processo, com foco especial nos antigos residentes da localidade conhecida como "Velha" Jacundá.

Para esta etapa do trabalho, os resultados são apresentados a partir da análise do conteúdo das entrevistas realizadas com os moradores da antiga cidade de Jacundá. Seguindo

os passos da análise de conteúdo propostos por Bardin (2011), o processo de categorização buscou identificar núcleos de sentido que ultrapassam uma leitura comum das mensagens, permitindo inferências sobre a realidade social e os impactos do deslocamento compulsório. Então, o corpus das entrevistas foi estruturado em cinco categorias centrais: I – Modo de vida e Pertencimento; II - Deslocamento compulsório; III - Silenciamento dos atingidos; IV - Injustiça ambiental.

3.1 Modo de vida e pertencimento

O modo de vida e o pertencimento estão atrelados à memória de como tudo era antes da Eletronorte chegar: a vida que corria com calma às lembranças da infância na beira do rio como relataram os entrevistados.

[...] aquele espaço representava paz, unidade, as pessoas eram unidas, representava fartura porque era farto em tudo, o rio era farto, a floresta era farta, nos dava de tudo que precisávamos, terra nos dava o que precisávamos. (E 1)

[...] lugar tranquilo onde a gente podia ter uma vida tranquila, livre porque não tinha nada para perturbar a gente. A gente sente muita falta daquele lugar, viu, sente muita falta. A gente pescava na beira do rio e quando não tinha o que comer ia lá pra canoa pegava um peixinho e fazia um caldinho rapidinho comia e pronto. Lá era assim, a vida era ótima. (E 2)

Lembranças de tempos bem vividos e que ficaram para trás e que não voltam mais, hoje essas lembranças é o que às vezes nos dá uma certa força de continuar sabe... a gente sente muita, muita saudade daquele tempo. (E3)

A partir das narrativas, observa-se que o território original representava um modo de vida viabilizado pela relação vital dos moradores da Velha Jacundá com o Rio Tocantins, que proporcionava lazer, sociabilidade e segurança alimentar. O acesso à terra, à floresta e ao rio sustentava formas relativamente autônomas de reprodução social, permitindo às famílias organizarem suas vidas e seu trabalho a partir dos recursos disponíveis no próprio território. Nesse contexto, o território cumpria papel fundamental na segurança alimentar, ao possibilitar uma produção diversificada destinada tanto ao autoconsumo quanto à comercialização. O trabalho, por sua vez, encontrava-se diretamente articulado ao ambiente florestal e aos recursos naturais, integrando as atividades produtivas às dinâmicas e aos ciclos do território.

O modo de vida na antiga Jacundá estava profundamente articulado às relações estabelecidas com a floresta, os rios, a produção agrícola e as redes de solidariedade comunitária. A antiga Jacundá é lembrada pelos entrevistados como um território marcado

pela fartura e pela autonomia na produção de alimentos, condições que contribuíam para a segurança alimentar das famílias. Como sintetiza E1, “era farto em tudo”, indicando a disponibilidade de recursos proporcionada pelo território. A agricultura familiar ocupava papel central nesse modo de vida, com uma produção diversificada destinada tanto ao autoconsumo quanto à comercialização. Essa relação com o território também se expressava por meio do extrativismo, integrado às atividades econômicas e à dinâmica da floresta. Assim, a produção agrícola e o extrativismo constituíam práticas articuladas ao ambiente florestal, sustentando a reprodução social das famílias e fortalecendo sua autonomia em relação ao mercado.

Nesse contexto, a terra ultrapassava seu valor econômico, pois constituía a base das relações familiares, das formas de trabalho, da autonomia e da construção das identidades sociais. A vida comunitária era marcada pela cooperação cotidiana, sintetizada na expressão de um entrevistado de que “todo mundo ajudava todo mundo” (E2), e se concretizava em práticas coletivas como os mutirões para a realização das atividades agrícolas, além das relações de compadrio, que ampliavam os vínculos de reciprocidade para além dos laços familiares: “todo mundo era compadre e comadre” (E3). Nesse sentido, a antiga Jacundá é lembrada como um espaço associado à infância, à família, à liberdade e ao pertencimento, constituindo um território de memória, autonomia econômica e identidade coletiva. Assim, quando os entrevistados afirmam que “perderam tudo”, essa perda não se restringe aos bens materiais, mas expressa a ruptura com um conjunto de condições sociais, econômicas, afetivas e simbólicas que sustentavam seu modo de vida.

O deslocamento e a perda do território produziram, portanto, uma ruptura material, simbólica e afetiva, cujas marcas permanecem presentes nas memórias dos antigos moradores. Nesse contexto, a memória assume também uma dimensão de resistência, pois permite preservar experiências, vínculos e significados associados ao território que já não pode ser recuperado fisicamente.

O sentimento de pertencimento que persiste entre os atingidos reitera a perspectiva de Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva, a qual se conserva ancorada no espaço físico e social no qual o grupo esteve inserido. Assim, a memória da cidade submersa atua como um elemento de continuidade simbólica e resistência, preservando o elo identitário com o território mesmo após o processo de deslocamento imposto pelo deslocamento compulsório.

Em contrapartida, as lembranças do modo de vida que permeavam o espaço e o sentimento de pertencimento carregam consigo um peso, como narra um entrevistado E1: “Manter vivo tudo aquilo que nós vivemos, que nós perdemos... isso tudo somado vem sendo mantido na nossa lembrança e isso constrói a nossa revolta, nossa indignação”. A memória se mistura com o que foi, e o que poderia ter sido se o deslocamento compulsório não fosse imposto.

3.2 Deslocamento Compulsório

A saída do território não resultou de uma escolha dos moradores, mas de uma imposição decorrente da implantação do empreendimento. A mudança para a nova cidade provocou uma ruptura significativa nas relações de convivência e sociabilidade que caracterizavam a antiga Jacundá. Os entrevistados percebem que no novo espaço urbano as relações comunitárias se tornaram mais distantes, como expressa o relato: “na cidade as pessoas pouco conversam” (E1). A remoção também contribuiu para a fragmentação social, ao dispersar famílias, vizinhos e redes de solidariedade anteriormente construídas no território: “cada um foi para um lado” (E3). Dessa forma, o deslocamento não representou apenas a mudança física de um lugar para outro, mas também a desarticulação de vínculos sociais e comunitários, alterando formas de convivência, reciprocidade e pertencimento que faziam parte do modo de vida dos antigos moradores.

O processo de deslocamento compulsório retoma as categorias anteriormente analisadas, relacionadas ao território, à memória e às formas de reprodução social. As memórias evocadas pelos entrevistados, marcadas por sentimentos de saudade e pertencimento à antiga cidade, revelam também a dimensão dolorosa da ruptura com o território. A necessidade de deixar seus lugares de vida significou não apenas uma mudança espacial, mas a interrupção de vínculos sociais, afetivos e materiais construídos ao longo do tempo, como evidenciam os relatos a seguir:

[...] houve um abalo psicológico e houve também o retorno para aquela vida sofrida, precária, porque meu pai teve que reiniciar tudo do zero numa região não muito produtiva (E3).

[...] não foi fácil, até hoje ainda não é fácil para os moradores que ainda são vivos - os antigos, viver na cidade atual. Foi outro ritmo de vida. Como é que uma pessoa chega numa cidade sem emprego, sem dinheiro? A indenização que a Eletronorte deu na época era em cruzeiro e desvalorizava da noite pro dia, você não queira imaginar como foi essa adaptação, nem queira. (E4)

Nós fomos trazidos aqui para Goianésia do Pará, e eu juntamente com os demais produtores a gente veio cortar os piques, a empresa ofereceu apenas o agrimensor e a gente é quem fazia a cortagem dos piques e as medições dos lotes, pra nós foi uma frustração imensa. (E5)

Percebe-se com os relatos que o deslocamento compulsório imposto pela UHE de Tucuruí para com os moradores do antigo município de Jacundá promoveu uma transformação radical e traumática na trajetória dos atingidos, cujas consequências se estenderam de forma severa à longo prazo. Conforme evidencia a narrativa de E4, a inserção no novo espaço urbano foi marcada pela precariedade: “como é que uma pessoa chega numa cidade sem emprego, sem dinheiro?” Isso demonstra que muitas famílias passaram a depender do mercado de trabalho ou receberam áreas significativamente menores e menos produtivas, caracterizando um processo de empobrecimento.

Este relato reacende o debate sobre a "redução da vida" e a precarização da vida dos sujeitos, visto que a Eletronorte, enquanto agente institucional responsável, submeteu os moradores a um cenário de negligência, caracterizado não apenas pelo intenso estresse emocional, como analisado nas falas, mas também pela demora no acesso às indenizações, levando sempre em conta o “mercado” e não os modos de vida (Acserald, 2010). Esse quadro de injustiça ambiental foi agravado pela instabilidade econômica da época, resultando na perda significativa do valor recebido. Esses relatos corroboram com as análises de Fearnside (2015, p. 40) sobre a irresponsabilidade da Eletronorte e seus técnicos em relação aos moradores.

3.3 Silenciamento dos atingidos

O processo de deslocamento da antiga Jacundá foi marcado pela ausência de participação das comunidades e pela imposição estatal, uma vez que, segundo os entrevistados, “ninguém foi ouvido” (E3) e a remoção foi apresentada como uma decisão já definida: “Vocês vão porque a água está vindo” (E3). Essa condução foi acompanhada pelo não reconhecimento de parte das famílias como atingidas, produzindo situações de invisibilidade e dificuldades no acesso aos direitos. Além disso, os entrevistados consideram que as reparações foram insuficientes, pois “recebemos muito menos do que perdemos” (E3), indicando que as compensações não foram capazes de recompor as condições materiais e sociais existentes antes do deslocamento.

Havia moradores que desacreditaram que de fato ia acontecer a construção de uma hidrelétrica, para alguns residentes da velha cidade era inconcebível a ideia de que tudo viria a alagar, ou talvez, fosse incompreensível a magnitude que o reservatório tomaria, como relata o interlocutor:

A gente só foi acreditar mesmo de fato quando chegaram as primeiras pessoas que vieram fazer o cadastro, o cadastro das casas e das famílias[...] mas no princípio ninguém acreditava, minha avó mesmo não acreditava de jeito nenhum, ela não acreditava que o Rio Tocantins eles iam fechar, minha avó disse que “Só Deus fecha isso”, ela tinha esse ditado. (E4)

Houve um processo de silenciamento dos moradores atingidos pela barragem. A Eletronorte deu poucas informações sobre o que realmente seria feito; a prioridade da empresa era apenas retirar as pessoas de suas terras e pagar as indenizações, sem gastar tempo explicando os detalhes da obra.

Essa falta de diálogo foi muito dolorosa para quem via em Jacundá a realização de um sonho, como as famílias que vieram da Bahia, do Maranhão e de outros lugares fugindo de secas. Nesse novo local eles construíram uma vida baseada na união, com trocas de produtos, apadrinhamentos e festas comunitárias (Valente, 2021), o que tornou a saída forçada ainda mais difícil de aceitar por terem que novamente reiniciar suas vidas “do zero”. Para completar esse cenário de dificuldades, tudo isso aconteceu durante a ditadura militar, um período marcado pelo autoritarismo, no qual as decisões eram impostas sem ouvir a vontade do povo, como relata E1: “na ditadura militar não tinha leis ambientais, não tinha nada que protegesse a gente. Foi tudo na base da força, na marra”.

O autoritarismo da ditadura militar foi aproveitado pela empresa, já que na época do ocorrido os atingidos não compreendiam seus direitos, nem a proporção da injustiça à qual estavam sendo submetidos, como bem expõe o relato a seguir:

É como o Alacid Nunes¹ falou na época, foi fazer uma palestra lá no Jacundá Velho - que ele queria morar nos Estados Unidos mas que ele tinha que morar aqui no Pará, aqui no Brasil. Era como quem diz assim: ‘você vão para onde eu mandar’. Tá entendendo como foi o recado que ele mandou? Então... (E2)

Posso dizer que em nada porque tudo veio depois de grandes pressões [...] a voz mesmo das pessoas que devia ter sido ouvida na época não foi, né? a gente teve que aceitar apenas o que eles ofereceram. Ficou muito essa

¹ Alacid Nunes foi nomeado governador do Estado do Pará pelo presidente Ernesto Geisel em 1978, durante a ditadura militar.

questão de não ter o direito livre a negociação, a gente aceitou o que eles propuseram porque não tinha ninguém pra orientar “não, isso aqui não pode, isso aqui sim!”. (E5)

O silenciamento dos moradores não foi apenas uma ação da Eletronorte, mas também um reflexo da postura dos políticos da época, que demonstraram descaso com as consequências do deslocamento compulsório. Naquele período, houve pouco interesse em entender como a perda do território original destruiria a cultura e o modo de vida das famílias, uma indiferença que permanece viva até hoje. Essa falta de valorização da história e da história social das pessoas revela que o progresso foi imposto sem considerar o sofrimento de quem pertencia àquele espaço.

3.4 Injustiça ambiental

A injustiça ambiental que conforme manifesta em sua declaração de fundação a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2001), define-se pela imposição desproporcional de danos e riscos ecológicos sobre comunidades tradicionais, grupos marginalizados e populações vulnerabilizadas. Tal conceito recai sobre a realidade que os atingidos sofreram de forma desordenada em diferentes aspectos, para alguns foi mais dolorida, por terem visto no município de Jacundá um recomeço, como relembra:

A gente tava vindo da Bahia fugindo de uma seca no ano de 73. Ficamos um período ali onde hoje se chama morada nova, na época o meu pai ouviu falar sobre as terras lá da velha Jacundá, eram muitas terras devolutas sem donos. E aí reuniu um grupo de homens e foram para lá e lá o meu pai conseguiu tirar uma terra e fez um barracão lá e voltou para buscar a gente. (E3)

Todo o percurso de vida construído pelos moradores da antiga Jacundá marcado pela constituição de suas famílias, formas de trabalho, relações comunitárias e estratégias de reprodução social ficou submerso pelas águas do reservatório da UHE Tucuruí. A remoção interrompeu esse modo de vida e não foi acompanhada por condições capazes de recompor integralmente os bens materiais, as atividades produtivas e as relações sociais anteriormente estabelecidas. As ações envolvendo a Eletronorte e seus efeitos sobre as populações atingidas permite mostrar as dimensões de injustiça ambiental, sobretudo quando os próprios moradores relatam a ausência de reconhecimento institucional de sua condição de atingidos. Como

afirma E1: “nós não fomos reconhecidos como atingidos por barragem, não somos reconhecidos como expropriados, essa luta de reconhecimento nós temos até o dia de hoje”. A desterritorialização não se encerrou com a transferência das famílias para novos espaços, mas permaneceu como um processo de luta por reconhecimento e direitos. Além das dificuldades enfrentadas para reconstruir as condições econômicas e de subsistência, os moradores também vivenciaram impactos emocionais relacionados à perda do território, dos vínculos comunitários e do modo de vida construído ao longo de suas trajetórias. Assim, as experiências narradas revelam as contradições de um modelo de desenvolvimento que, sob a promessa de progresso associada aos grandes empreendimentos amazônicos, historicamente priorizou os ganhos econômicos em detrimento das dimensões humanas e sociais das populações afetadas, conforme aponta Castro (2018, p. 37). Essas contradições também podem ser observadas no relato a seguir:

[...] que haveria muito progresso, que trariam muitos benefícios [...] isso encheu os olhos de muitos moradores sabe, da forma que foi falado encheu os olhos de muitos moradores, muitos passaram a sonhar alto por conta desse progresso que foi falado, que foi vendido. Na prática esse progresso nunca existiu, não para as famílias que foram desapropriadas, houve sim um grande progresso em relação a construções mesmo, houve muitas estradas, a própria energia elétrica e enfim. [...] se nós queríamos algum progresso nós tivemos que arregaçar as mangas e em busca do nosso progresso, porque o progresso que eles falaram que viria para a gente nunca chegou, até hoje o meu pai - ele faleceu com 86 anos, e não recebeu a indenização. Tanto é que agora, faz pouco tempo, um dos meus irmãos foi convocado para uma reunião que seria essa indenização, que seria paga para o meu pai. (E3)

Pode-se verificar através do exposto pelo relato acima que o dito progresso veio como uma estrutura maior para receber a UHE de Tucuruí, como exemplo as estradas. Mas o progresso aos residentes do lago e entorno da região não houve. Com isso nota-se em mais um relato que, além das perdas inúmeras ocorridas que se enquadram como injustiça ambiental, também houve um processo de lutas por indenizações, ainda nos dias atuais e, ainda hoje, os atingidos se mantêm lesados pela empresa:

Quando foi pro meu pai receber esse dinheiro da indenização, esses em torno de 60 mil cruzeiros, ele recebeu 8 mil cruzeiros, o atravessador pegou tudo. Então as indenizações e a ajuda que nós tivemos os atravessadores comeram, não chegou na mão do expropriado. O que a gente conseguiu foi que a Eletronorte comprou uma casa e a gente foi pra debaixo da casa lá (E4).

O conjunto de problemáticas inclui também o fato de alguns dos indenizados não saberem ler, ou pela facilidade que o “atravessador” demonstrava em agilizar o acesso às

indenizações, mas, para isso, tomando parte desse dinheiro para si, aproveitando do momento de fragilidade econômica e emocional.

Nos anos de 1978, já tendo sido instaurado o caos da obra da UHE de Tucurí, começa a busca por justiça ambiental. Uma importante data é quando em 1984 a comissão dos expropriados vai à Brasília lutar por seus direitos e para serem vistos e ouvidos. Com os protestos sendo realizados, não só em Brasília mas em alguns municípios do Pará, os expropriados foram assentados em novos municípios e algumas habitações foram feitas (Sudeste do Pará, p. 49). Em contraposição ao que fora ajustado, a partir de lutas do atingidos, há relatos de que a Eletronorte não indenizava de acordo com o que era de direito, uma vez que parte da indenização vinha pela metade, ou porque se desvalorizou ou porque entravam os “atravessadores” e levavam metade. Para alguns atingidos foram dados lotes ou casas habitacionais, como narrou um dos entrevistados:

Nos lotes, por exemplo o nosso, a Eletronorte tinha prometido cavar poço onde não tinha, ia dar todo suporte, né? Nós não tivemos esse suporte. A madeira da casa eles jogaram na beira da estrada. No contrato lá da Eletronorte é que eles iam construir a casa pra nós, ia cavar poço. Mas nós viemos construir a nossa casa de madeira com 7 anos depois que as tábuas chegaram, que nós não tinha condições. Foi isso aí. (E4)

É possível analisar, sob a perspectiva da injustiça ambiental, como o deslocamento compulsório afetou profundamente os indivíduos ao retirá-los de seu ambiente original, resultando na perda imediata de sua subsistência, cultura e modos de vida.

Ao serem forçados a se adaptar a uma nova realidade habitacional situada nesse caso, às margens da rodovia PA-150, os expropriados enfrentaram o desafio de reconstruir suas trajetórias em condições de extrema precariedade. Esse processo de reorganização da vida foi ainda mais crítico quando se considera que muitos tiveram que se reerguer com indenizações pagas pela metade e com materiais de construção que chegavam de forma fragmentada ou que, em muitos casos, sequer foram entregues pela empresa responsável. Tal cenário reforça a hipótese de que o modelo de desenvolvimento adotado ignorou as condições mínimas de vida das populações locais, impondo-lhes um ônus desproporcional e injusto.

4 DISCUSSÃO

4.1 Usina Hidrelétrica de Tucuruí e deslocamento compulsório em Jacundá-PA

Durante o período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, o Estado brasileiro passou a investir intensamente na Amazônia por meio de projetos de desenvolvimento e infraestrutura, sob o lema do “integrar para não entregar”. A obra da UHE de Tucuruí, conduzida pela Eletronorte, começa sua empreitada com a ditadura como sua impulsionadora, como analisa Campos:

A ditadura brasileira desenvolveu diversos e impactantes projetos na Amazônia. Atendendo às orientações geopolíticas do pensamento militar, que defendia a integração daquela região do território - o que vinha atrelado a interesses empresariais. A região sofreu uma série de incursões no período, no sentido de incorporá-la à economia capitalista brasileira e internacional. Foram muitos os projetos de grande envergadura para a região durante o regime, como as rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte; a zona franca de Manaus; diversas iniciativas agropecuárias, extrativistas e minerais, como o projeto grande Carajás; e as usinas hidrelétricas de Samuel (no rio Jamari, em Rondônia), Balbina (no rio Uatumã, no Amazonas) e Tucuruí (no rio Tocantins, no Pará). Campos (2019, p. 264)

O mesmo autor destaca através de sua análise o fato de que a Amazônia vinha sofrendo diversas transformações de todas as formas possíveis e, nesse contexto de transformações, surge a Uhe de Tucuruí, transformando todo um modo de vida que ali existia, sua rotina, sua forma de socialização, cultura, e meios de subsistência, conforme discute Acserald:

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no sul do estado do Pará, na Amazônia Oriental brasileira, inundou, em 1984-1985, 2.600 km² de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo parte da reserva dos índios Parakanã e alguns núcleos urbanos, deslocando compulsoriamente de suas áreas de moradia e de trabalho cerca de 10 mil famílias (Acserald, 2010. p. 161).

A implantação da UHE de Tucuruí provocou uma ruptura drástica no cotidiano dos moradores de Jacundá, compelindo-os a reconstruir suas trajetórias em um contexto territorial estranho e desarticulado. Antes desse empreendimento, a localidade possuía uma forte identidade ribeirinha, na qual o Rio Tocantins não era apenas uma fonte de subsistência, mas o eixo central de socialização e circulação, permitindo a conexão essencial entre a sede de Jacundá e o seu distrito Jatobal, que ficava do outro lado do rio. Contudo, o discurso oficial de "progresso" legitimou a remoção compulsória dos residentes situados à jusante do rio, frequentemente ignorando a soberania e a voz da comunidade afetada.

Esse processo de desterritorialização é marcado pelo que Valente (2022, p. 40) define como um "sentimento de coisificação", manifestado no momento em que a Eletronorte e seus técnicos assumiram o controle das residências e dos espaços de vida. Tal realidade reflete as "feridas abertas" discutidas por Freitas (2022), evidenciando como a lógica dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia submete as populações locais a injustiças socioambientais. Conforme indicam pesquisas bibliográficas, os atingidos foram obrigados a adotar uma nova maneira de existir, traçando novas formas de relação social, economia e subsistência (Castro *et al.*, 2014, p. 22). Nesse cenário, a memória da "Velha Jacundá", como os antigos residentes chamam o local original, desempenha um papel central na constituição da identidade dessas pessoas, funcionando como um elemento de continuidade simbólica frente às transformações impostas

Conforme as memórias dos remanejados ao final do ano de 1977, eles foram surpreendidos pela chegada dos técnicos da firma contratada pela Eletronorte para fazer o levantamento da área que seria inundada pelo grande lago do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A partir desse primeiro contato com os técnicos, a vida desses sujeitos sociais não seria mais a mesma. (Valente e Coelho 2021, p. 83)

Este marco de mudança profunda permanece preservado na memória dos atingidos. Conforme Curvina e Moreira (2018, p. 5), a implementação do grande empreendimento foi marcada pela ausência de diálogo e de amparo legal o que deixou a comunidade desprotegidas diante das transformações que estavam por vir passam a viver sob ordens e autoritarismo da ELETRONORTE e seus técnicos.

4.2 Territorialidade, memória e justiça ambiental: fundamentos para compreender o deslocamento compulsório

Uma das principais mudanças causadas pelo deslocamento compulsório foi relacionada à territorialidade das populações atingidas em Jacundá-PA. Segundo a perspectiva de Haesbaert (2004), a territorialidade é constituída pela indissociabilidade entre materialidade e simbolismo; ou seja, o território compreende tanto a dimensão política que envolve os sujeitos, quanto a identidade estabelecida com o espaço. Esse entendimento complementa a tese de Halbwachs (1990, p. 92-93) sobre a relação entre o grupo social e o território a que pertence. Para o autor, o espaço deixa marcas profundas na trajetória dos indivíduos, no caso dos moradores da "Velha Jacundá", pois existe uma influência mútua entre o lugar e o coletivo. Nesse sentido, as ações do grupo se traduzem em termos espaciais, de modo que cada detalhe do ambiente ocupado carrega sentidos inteligíveis apenas para os

seus membros, refletindo a estrutura e a vida daquela sociedade. Ainda na discussão, Halbwachs (1990) destaca que, a partir do momento em que ocorre a ruptura desse vínculo espacial, a representação simbólica do território transita para uma nova modalidade de memória coletiva. Para os atingidos pela UHE Tucuruí, a nova percepção da realidade é fundamentada em um sentimento de frustração diante da devastação do que restou e na memória afetiva do que o território representava originalmente antes do deslocamento compulsório impulsionado pela construção da UHE.

Para além do deslocamento compulsório, conforme discute Fearnside (2015) em suas pesquisas, a implementação do projeto pela Eletronorte deixou rastros profundos de degradação em áreas anteriormente repletas de vida, resultando em infestações de mosquitos, concentrações de mercúrio, morte de peixes e o surgimento de diversas doenças nas populações que residiam no entorno da obra. Nesse contexto, as discussões do ecologista político Alier (2015), em sua obra sobre o "ecologismo dos pobres", tornam-se essenciais para compreender a justiça ambiental como uma frente de luta contra o racismo ambiental este que consolidou-se a partir da década de 1980, nos Estados Unidos, sob a liderança do ativista Benjamin Chavis. O termo foi cunhado pelo reverendo após a assimetria na distribuição de riscos e passivos ecológicos, identificada originalmente no contexto norte-americano (Acserald, 2002), mas ainda nos dias atuais assemelha-se às dinâmicas de vulnerabilização observadas na Amazônia, onde grandes projetos de infraestrutura frequentemente impõem severos impactos socioambientais a comunidades tradicionais e ribeirinhas. Para Alier (2015, p. 89) e Farias e Monte (2023), os danos resultantes desse modelo recaem sobre os mais pobres, evidenciando uma estrutura de desigualdade na distribuição dos impactos ambientais. O que surge para contrapor os atos de injustiças é a busca da justiça ambiental pelas vítimas do Estado, que surge como movimento para ir contra essa estrutura de poder, conforme apontam Acserald, Mello e Bezerra (2009). A busca por justiça ambiental surge em contraponto aos grandes empreendimentos, que não respeitavam a dignidade da comunidade a qual estavam atingindo.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender como o deslocamento compulsório dos moradores da antiga cidade de Jacundá, provocado pela construção da UHE Tucuruí, expressou processos de injustiça ambiental e transformou as relações de territorialidade, memória e identidade. As

narrativas analisadas demonstraram que a remoção não representou apenas a perda de um espaço físico, mas a ruptura de modos de vida construídos na relação com o rio, a floresta, a terra e as redes de sociabilidade. Os resultados confirmam a hipótese de estudo de que esse processo constituiu uma expressão de injustiça ambiental, uma vez que, os custos sociais, econômicos e simbólicos do empreendimento recaíram de forma desproporcional sobre a população atingida.

O território funcionava como elemento estruturador das relações de reciprocidade. A desterritorialização rompeu formas tradicionais de organização comunitária. Após a mudança, predominam relatos sobre isolamento, perda dos vínculos cotidianos e dificuldade de reconstruir a vida coletiva.

A implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí) precisa ser entendida dentro do projeto de modernização e integração econômica da Amazônia conduzido pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar. A obra não tinha apenas a finalidade de gerar eletricidade: ela estava articulada à expansão dos grandes projetos minero-metalúrgicos, agropecuários e de infraestrutura na região.

Nesse contexto, a memória da Velha Jacundá permanece como elemento de pertencimento e resistência. Embora a cidade tenha sido inundada, suas lembranças continuam presentes nas narrativas dos antigos moradores e em vestígios como a antiga caixa-d'água, que reaparece quando o nível do reservatório baixa. Assim, a inundação não apagou completamente o território parte dele permanece viva na memória daqueles que o habitaram. É possível constatar, contudo, que o número reduzido de entrevistados, que foram cinco moradores, constitui uma limitação da pesquisa. A localização dos antigos residentes, o falecimento de muitos deles, a dispersão territorial e a realização remota das entrevistas, especialmente com participantes de idade mais avançada, dificultaram a ampliação do corpus. Por isso, futuras pesquisas podem incorporar outras vozes, sobretudo de antigos moradores da Velha Jacundá, além de diferentes gerações e sujeitos afetados pela construção da usina. Também permanecem lacunas quanto às transformações territoriais, econômicas e ambientais da Nova Jacundá e de seu entorno, especialmente diante do avanço das fazendas, do desmatamento e da redução do acesso à recursos naturais antes fundamentais à subsistência, como o rio e a pesca. Ampliar os estudos sobre justiça ambiental especificamente em Jacundá pode contribuir para compreender as consequências do empreendimento que permanecem para além da inundação.

A pesquisa também destaca como tópicos para futuras investigações a ampliação dos estudos sobre Jacundá-PA, especialmente a partir das memórias dos antigos moradores da Velha Jacundá, bem como a análise das transformações territoriais, econômicas e ambientais da Nova Jacundá e de seu entorno. Também se mostra relevante investigar o avanço de fazendas, o desmatamento, a redução do acesso ao rio e à pesca, além de ampliar a diversidade dos sujeitos pesquisados. Esses estudos podem contribuir para aprofundar a compreensão das formas de injustiça ambiental que permanecem após a UHE Tucuruí, em Jacundá e nos demais municípios atingidos adjacentes ao Rio Tocantins.

Por fim, compreender a experiência dos antigos moradores de Jacundá é reconhecer que o desenvolvimento não se fez sem custos, as águas levaram a cidade, mas não levaram sua história, suas memórias e a luta daqueles que ainda reivindicam reconhecimento pelo território que perderam.

6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento: o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 158–192, 2010.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 5, 2002.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 9. 1 ed. Rio de Janeiro, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255-286, jan./abr. 2019.

CASTRO, Edna Ramos de. Produção de conhecimento sobre hidrelétricas na área de ciências humanas no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 3, dez. 2018.

FARIAS, André Luís Assunção; MONTE, Marilene Costa Viegas. Faces dos grandes Projetos na Amazônia: a Ecologia Política desvela o véu da dominação: a ecologia política desvela o véu da dominação. In: FARIAS, André Luís Assunção de (org.). **GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. Guarujá - Sp: Científica Digital, 2023. Cap. 1. p. 12-23.

FEARNSIDE, Philip M. Impactos ambientais de barragens na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 109–123, 2015.

FREITAS, Hugo Luiz Cordovil de. **Colonialidade e reprodução social da saúde: o caso dos expropriados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**, 2022.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

NETA, Dulcirene Valente. **Jacundá-PA, a cidade perdida: memórias emergidas (1984–2021)**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2022.

NETA, Dulcirene Valente; COELHO, Ana Carolina Abreu. **Jacundá digital: memória, cidade e Ensino de História**. In: SILVA, Bruno; COELHO, Anna (org.). **Ensino de História em foco: narrativas, desafios e proposições**. Xinguara-PA: Rosivan Diagramação e Artes Gráficas, 2021. p. 78-96.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL – RBJA. *Manifesto de lançamento da*

Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Niterói, 2001. Disponível em: <https://rbja.org/acervo/> . Acesso em: 20 de ago. 2026.

SUDESTE DO PARÁ: **Marabá Pa**: Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular, v. , n. 1, 1990. Disponível em: <https://memoriasocialtucurui.org/documentos-do-movimento/> . Acesso em: 12 ago. 2026.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.